Direcção Geral de Assistência

Decreto n.º 26:372

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal do Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, da cidade de Lisboa, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

Corpo docente:

1 inspector do ensino musical	960\$00
2 professores, a 2.400\$	4.800\$00
3 professores, a 1.800\$	5.400\$00
3 professoras, a 960\$	2.880\$00
1 professora	3.600\$00
2 professoras, a 600\$	1.200\$00
2 monitores, a 600\$	1.200\$00
2 ditadoras de letras, a 960\$	1.920\$00
2 copistas, a 600\$	1.200\$00
1 professor de massagens	3.600\$00
1 ditadora de música	1.440\$00
1 professora de alemão	1.440\$00

Pessoal:

1 guarda-livros	3.600\$00
1 escriptorário	4.800\$00
1 regente	4.800\$00
3 vigilantes, a 1.680\$	5.040\$00
4 vigilantes, a 1.200\$	4.800\$00
2 costureiras, a 1.080\$	2.160\$00
1 ajudante de costureira	960\$00
7 criadas, a 1.020\$	7.140\$00
1 cozinheira	1.800\$00
1 ajudante de cozinheira	1.080\$00
1 criado	1.800\$00
1 porteiro	1.200\$00
1 cobrador com a percentagem de 20 por cento.	

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Fevereiro de 1936.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Mário Pais de Sousa*.

Decreto n.º 26:373

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

De harmonia com o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 é aprovado o quadro do pessoal da Irmandade de Nossa Senhora da Piedade da freguesia de Germil, concelho de Penalva do Castelo, e bem assim os respectivos vencimentos anuais, o qual fica constituído da maneira seguinte:

1 secretário	100\$00
2 avisadores, a 15\$	30\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Fevereiro de 1936.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*António de Oliveira Salazar*—*Mário Pais de Sousa*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Portaria n.º 8:370

Têm-se suscitado dúvidas na aplicação dos decretos de indulto, na parte referente à comutação das penas, do que têm resultado interpretações divergentes.

Sendo necessário, para evitar este inconveniente, esclarecer e definir, de maneira clara e precisa, qual o âmbito daquela forma de indulto:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, ouvido o Conselho Superior dos Serviços Criminais, que:

1.º Quando a um condenado fôr concedida a «comutação da pena», sem outra indicação ou restrição, contar-se-á o decurso da pena que ficar vigorando, desde o dia em que começou o cumprimento da pena substituída, não se tomando em consideração a prisão preventiva.

2.º Quando a um condenado fôr concedida a «comutação do resto da pena» ou a «comutação da pena que faltar cumprir», contar-se-á o decurso da pena que ficar vigorando, desde a data do decreto que concedeu o indulto.

Ministério da Justiça, 26 de Fevereiro de 1936.—O Ministro da Justiça, *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos

Questões Económicas

De ordem superior se faz público que, segundo informa a Legação da Itália em Lisboa, o Governo dos Estados Unidos da América aderiu em 15 de Janeiro findo ao Protocolo assinado em Roma em 21 de Abril de 1926, que trouxe emendas ao artigo 10.º da Convenção Internacional de 7 de Junho de 1905 para a criação em Roma do Instituto Internacional de Agricultura.

Esta adesão estende-se também ao Hawai, às Filipinas, a Porto Rico e às Ilhas Virgínicas, assumindo o Governo dos Estados Unidos da América as obrigações derivadas do aludido Protocolo a partir de 25 de Agosto de 1934, data em que o Presidente daquele país proclamou a mesma adesão.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos, 20 de Fevereiro de 1936.—Pelo Director Geral, *Pedro Tovar de Lemos*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 26:374

Determina o artigo 9.º do decreto n.º 24:182, de 17 de Julho de 1934, que, nas hipóteses previstas nos artigos 25.º, 26.º e 27.º do decreto n.º 23:941, de 31 de Maio do mesmo ano, mandados continuar em vigor pelo § único do artigo 31.º do decreto n.º 25:306, de 9 de Maio de 1935, não serão preenchidas as vagas respecti-